



14 MARÇO DE 2019 JORNAL DE NOTÍCIAS

JUSTIÇA
 Primeiro de vários
 Questão é "crítica"
 Medidas em estudo



Cadeia de Paços de Ferreira foi palco de festa com presos, sem guardas, emitida no Facebook. Reclusos também se filmaram a fumar droga. Ministra terá sabido do caso pela imprensa

Investigação a "crime organizado" juntou presos da festa

Grupo que participou em comemoração transmitida no Facebook foi separado após polémica. Ministra diz que soube do caso pelos jornais

PORMENORES

Primeiro de vários
 O vídeo transmitido, a 10 de fevereiro, de uma festa não autorizada foi o primeiro de três, partilhados no espaço de três semanas, por reclusos da prisão de Paços de Ferreira.

Questão é "crítica"
 A posse de telemóveis por presos é proibida, mas, ontem, a ministra da Justiça reconheceu que o "controlo" da sua entrada nas cadeias portuguesas é uma "questão crítica".

Medidas em estudo
 O aumento do tempo dos contactos telefónicos legais para o exterior e a introdução de telefonos com números pré-definidos são algumas das medidas em estudo.

Inês Banha e Roberto Bessa Moreira
 justica@jn.pt

POLÉMICA Uma parte dos 80 reclusos do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira que, no início de fevereiro, participaram numa festa não autorizada no interior da cadeia transmitida em direto no Facebook encontrava-se na mesma ala para não prejudicar uma investigação em curso, relacionada com o crime organizado, esclareceu ontem a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem.

"Nós, hoje, temos nas prisões portuguesas, para além de presos por delitos menores, uma grande concentração de pessoas associadas a grupos criminais que se dedicam ao crime grave e ao crime organizado. A situação em Paços de Ferreira tem um pouco a ver com isso e com a necessidade de, por causa de uma investigação criminal em curso, não separar um grupo que lá esteve", referiu a governante, na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Liberdades, Direitos e Garantias. A

ligação entre todos acabou quebrada na sequência da ocorrência. Perante os deputados, Francisca Van Dunem admitiu que "houve ali uma quebra grave de disciplina", mas sublinhou que esta "não foi reportada por quem deveria ter sido reportada": os guardas prisionais e a então diretora da prisão.

"Está aberto um inquérito para perceber por que é que só soube-mos disto através da comunicação social", assegurou.

DIRETORA FOI, AFINAL, DEMITIDA
 O episódio levou já à apreensão de droga e de dezenas de telemóveis - cuja posse pelos presos é proibida - em buscas sucessivas no interior da cadeia e à demissão da, à data, diretora do estabelecimento. Inicialmente, a Direção-Geral de Reinscrição e dos Serviços Prisionais indicara, a 15 de fevereiro, que Maria Fernanda Barbosa apresentara, "numa manifestação de dignidade", a sua demissão, mas, ontem, a ministra da Justiça acabou por revelar que a saída da dirigente foi decidida pela tutela.

"Tendo nós chegado à conclusão

de que não tinha condições para manter a ordem e a disciplina naquele estabelecimento prisional, fizemos aquilo que se podia fazer: a senhora foi retirada", frisou.

GUARDAS DESCONHECEM
 Ao JN, o presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SCNGP), Jorge Alves, alega que as palavras da governante servem apenas "para fugir às responsabilidades". "Continua a arranjar subterfúgios para não ter de explicar a realidade das cadeias", refere.

Alves garante ainda que desconhece qualquer investigação aos presos filmados na festa. "Eles foram colocados naquela ala apenas para cumprir uma pena de prisão e não há qualquer associação criminosa entre eles", acrescenta.

O líder do SCNGP concluiu que a intervenção da ministra foi uma "desculpa direcionada para quem não percebe como funcionam as cadeias", pois o que sempre esteve em causa foi "a impunidade total que existia e continua a existir em Paços de Ferreira e noutras cadeias".

PROVEDORIA

Centros educativos sem pedopsiquiatras

Não há médicos especialistas em saúde mental nos centros educativos nacionais e continua por criar, desde 2015, uma unidade terapêutica autónoma para os casos graves de saúde mental entre os jovens a cumprir medidas tutelares educativas.

Quem o garante é a provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, que denuncia também a falta de unidades de cuidados continuados integrados de saúde mental, previstas na lei. "Em certos casos, tratar-se-á de menores doentes ao cuidado do Estado sem que lhes seja atribuído tal estatuto, em razão da ausência de opções válidas de tratamento", defende, num documento em que recomenda à Direção-Geral de Reinscrição e Serviços Prisionais que minimize estas situações. Recomenda ainda que os menores tenham mais tempo de contacto com a família, para além do máximo de 20 minutos semanais admitidos em chamadas telefónicas. R.B.M.